

A SIMULTANEIDADE DE TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS EM ESPAÇOS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Luís Carlos **BRAGA***

Marcos Aurélio **SAQUET****

Resumo:

Em nossa pesquisa, estudamos o processo de territorialização dos agentes do capital no Sudoeste do Paraná, evidenciando a produção leiteira e a fumageira no município de Marmeleiro (PR). Esse processo revela características centrais da modernização da agricultura e da subordinação dos trabalhadores familiares rurais. Nosso objetivo principal é compreender o processo de sobreposição dos territórios da produção leiteira e fumageira, explicando as relações de poder que estão presentes nas disputas territoriais entre grandes empresas como a Souza Cruz e a Latco, evidenciando suas práticas espaciais e capacidade de produzir, fazer circular e redistribuir seus produtos em redes que compõem uma complexa territorialidade de controle e subordinação dos produtores agrícolas familiares.

Palavras-chave: Território, capital, agricultura, integração, subordinação.

TERRITORIALIZACIÓN DEL CAPITAL EN LOS ESPACIOS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMEN:

En nuestra investigación, hemos estudiado el proceso de territorialización de los agentes del capital en el Suroeste de Paraná, destacando la producción de la leche y del tabaco en la ciudad de Marmeleiro (Paraná, Brasil). Este proceso evidencia las características centrales de la modernización de la agricultura y de la subordinación de los trabajadores familiares rurales. Nuestro objetivo principal es comprender el proceso de sobreposición de los territorios de la producción de la leche y del tabaco, explicando las relaciones de poder que están presentes en las disputas territoriales entre las grandes empresas como la Souza Cruz y la Latco, mostrando sus prácticas espaciales y la capacidad de producir, hacer circular y redistribuir sus productos en redes que conforman una compleja territorialidad de control y subordinación de los productores agrícolas familiares.

Palabras-clave: Territorio, capital, agricultura, integración, subordinación.

THE SIMULTANEOUS TERRITORIAL AND TERRITORIES IN SPACES OF AGRICULTURE FAMILY

Abstract:

In our search, we have studied the territorialization process of capital agents in the Southwest of Parana, making evident the milk and tobacco production in the county of Marmeleiro (PR). This process reveals central characteristics of agriculture modernization and the subordination of rural family workers. Our main objective is to understand the process of overlap of the territory of the milky and tobacco production, explaining the power relations that are present in the territorial disputes between big companies as Souza Cruz and Latco, making evident their spatial practices and the capacity of producing, and distribute their products in nets that compose a complex territoriality of control and subordination of family farmers. For this, make use of bibliographic research and reports that information regarding the performance of those institutions.

Key-words: Territory, capital, agriculture, integration, subordination.

* Mestre em Geografia pela Unioeste – Francisco Beltrão (PR).

** Prof. Dr. nos cursos de graduação e mestrado em Geografia da Unioeste – Francisco Beltrão (PR).

1. Introdução

No intuito de explicar traços que julgamos fundamentais no processo de integração e subordinação dos trabalhadores familiares rurais, apresentamos, no presente texto, alguns resultados de nossa pesquisa sobre a territorialização do capital em espaços de agricultura familiar, mais detidamente sobre as estratégias da Souza Cruz e da Latco.

Para analisarmos as principais modificações provocadas pelas estratégias das empresas fumageira e leiteira, utilizaremos elementos da abordagem territorial.

No estágio atual do desenvolvimento capitalista [...] o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação. [...] atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (PAULINO, 2008, p.214).

Segundo Saquet:

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida (SAQUET, 2007, p.183).

A área definida para estudo, demonstração e explicação geográfica corresponde à Linha Itaíba e trata-se de um reassentamento rural, localizado no município de Marmeleiro Sudoeste do Paraná. Os agricultores dessa localidade foram obrigados a deixar suas áreas de produção nos municípios de Itá, em Santa Catarina, e Aratiba, no Rio Grande do Sul, em decorrência da construção da Hidrelétrica de Itá, construída no Rio Uruguai no final da década de 1980 e início da de 1990.

O Reassentamento Linha Itaíba é formado por pequenas unidades de produção agropecuária, somando 35 famílias, das quais 24, ou seja, 68%, produzem fumo para a empresa Souza Cruz. Apesar de intenso, o processo de territorialização da Souza Cruz nesse espaço é recente, já que 54% dos produtores ingressaram na produção num período de 4 a 6 anos. Apesar do curto período de produção de fumo, as mudanças na Linha Itaíba são muito significativas, descaracterizando a agricultura familiar através da perda de princípios fundamentais como a auto-suficiência e a utilização de práticas menos degradantes. A disputa territorial que estamos apontando dá-se pelo fato do número de famílias que produzem leite serem iguais ao número de famílias que produzem fumo, ou seja, 24. Dos produtores de leite, 12 agricultores comercializam a produção com a Lacto e os demais com a CLAF. Em decorrência da demanda de mão-de-obra exigida pelas duas atividades, é possível que ocorra uma disputa de território (Braga, 2007). Essa disputa ocorre porque o agricultor ajusta-se ao mercado direcionando sua produção a partir da maior ou menor possibilidade de ganhos.

O reassentamento Linha Itaíba localiza-se no município de Marmeleiro, o qual possui, segundo dados do IBGE (2007), 13.156 habitantes, nas últimas décadas foi intenso o êxodo rural, já que na década de 1980, a população total do município era de 14.378 habitantes, destes 11.113 pertenciam ao espaço rural. A estrutura fundiária do município, também segundo dados do IBGE (1995/96), tem predominância de pequenos estabelecimentos, sendo 537 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 ha, e 882 estabelecimentos com área entre 10 a 100 ha. As grandes propriedades são poucas: estabelecimentos com áreas entre 100 e 200 ha são 32, entre 200 a 500 ha são 11 e entre 500 a 2000 ha são apenas 3 estabelecimentos, perfazendo um total de 1.465 estabelecimentos agropecuários.

Atualmente, segundo dados do IBGE (2003), a região Sudoeste, onde está localizado o município de Marmeleiro, corresponde a uma área de 11.651,833 km², com uma população de 468.559 habitantes. O Sudoeste paranaense, desde 1970, passa pelo processo de modificação na base técnica da agricultura. Segundo Santos (2008), o cultivo do binômio soja-trigo, seguido pela produção de milho,

mais expressivamente entre as décadas de 1970/80, expandiu-se sobre as demais lavouras. Com a mecanização no trabalho, uma grande parte da mão-de-obra foi substituída por máquinas.

No caso da produção do fumo, por se tratar de um trabalho mais penoso, o agricultor produzirá até o momento em que o grau de penosidade do trabalho for inferior ao grau de satisfação. Isso também pode fazer com que o agricultor, mesmo ganhando um pouco menos com o leite, deixe de produzir ou diminua a produção de fumo. Porém, esse é um processo delicado, pois a Souza Cruz obriga-o ao cumprimento dos contratos firmados no início de cada safra. A Souza Cruz estabelece uma relação mais dessimétrica com os agricultores, pois o contrato que rege o sistema de integração atrela os fumicultores a um duplo movimento, em que ocorre a circulação dos insumos do setor industrial para o agrícola e a circulação da matéria-prima do agrícola para o industrial. O contrato também prevê que a classificação do valor de cada classe do fumo seja realizada na empresa, sem a participação dos agricultores.

A Souza Cruz foi fundada, em 1903, pelo português Albino Souza Cruz. Em 1914, a empresa passou a ter o controle acionário da BAT, permanecendo o seu fundador como presidente até 1962, (SOUZA CRUZ, 2009). A BAT, através da Souza Cruz, foi a única empresa estrangeira no país até 1968; a partir daí, várias empresas renderam-se ao capital estrangeiro devido à crise dos anos 1962-67 e à falta de apoio maior pelo Sistema Nacional de Crédito e também porque a maior parte das empresas fumageiras nacionais não conseguiram mais acompanhar a velocidade de crescimento e desenvolvimento tecnológico da Cia. Souza Cruz. A transnacionalização das empresas aconteceu de forma gradual: inicialmente a multinacional injetava recursos em uma determinada empresa após adquirir parte das ações dessa, assumia o controle acionário, majoritário ou total; na maioria dos casos eram mantidos, nas funções administrativas, os antigos proprietários (Prieb, 2005).

A Souza Cruz, no Sudoeste paranaense, iniciou a construção da infra-estrutura para a produção do fumo na década de 1950, durante o período mais intenso da migração gaúcha para região, mesmo ela não apresentando todas as condições favoráveis para a produção, a empresa designou um inspetor para iniciar a organização da produção fumageira.

Já a relação das indústrias leiteiras com os agricultores é menos dessimétrica, pois, a cada final de mês o agricultor pode trocar de empresa, se não estiver satisfeito com o valor pago pelo litro de leite. No caso da CLAF, 1% da produção do associado fica com a cooperativa e o produtor que parar de entregar o leite para ela e depois quiser voltar terá que pagar uma multa.

A CLAF foi constituída no ano de 1998, depois de debates e seminários realizados em vários municípios do Sudoeste paranaense no ano anterior, constituíram-se as primeiras quatro CLAFs (Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar) coordenadas pela ASSESOAR, CRAPA, CRESOL, STR, nos municípios de Renascença, Marmeleiro, Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu (SISCLAF, 2007). Seus pressupostos são de proporcionar mais autonomia aos produtores de leite.

A outra instituição estudada, a Latco, é uma empresa Ltda; nenhum grupo internacional ou nacional possui o seu controle acionário; foi fundada, no ano de 1966, por Valter Alves da Rocha, no município de Cruzeiro do Oeste (PR), onde se localiza a matriz da empresa, com a finalidade de produzir queijo e manteiga. Atualmente, a empresa pertence aos dois filhos do fundador. A filial da Latco, em Francisco Beltrão, foi inaugurada em agosto de 1988. Atualmente, a Latco de Francisco Beltrão tem uma capacidade de produção diária de 250 mil litros e emprega 153 funcionários. Produz: leite longa vida integral e desnatado, leite em saquinho, achocolatados, manteiga, creme de leite, bebidas lácteas e uma linha completa de produtos de soja. A empresa atua em 9 estados, além dos três estados do Sul do Brasil; São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás. A empresa possui, no Sudoeste paranaense, 4 unidades localizadas no município de Francisco Beltrão, Realeza, Marmeleiro e um entreposto em Dois Vizinhos.

2. A sobreposição dos territórios do agronegócio e da agricultura familiar

Para compreender essa complexa territorialização das indústrias fumageira e leiteira, é preciso analisar a dimensão econômica, pois é esta que faz com que os agentes de produção acumulem capital e reproduzam o seu território. Para isso, precisamos superar a compreensão de território como agente estatal, de limites definidos ou como identidade cultural: é necessário ter uma compreensão histórico-crítica e relacional do território e da reprodução ampliada do capital (SAQUET, 2004). O Estado é um ator central na organização do

território e no controle das pessoas. No entanto, ao mesmo tempo, é preciso destacar a atuação dos agentes do capital, numa rede de mercados que canaliza, direciona, controla e domina o processo produtivo (produção-circulação-troca-consumo).

Superando a visão de território somente como agente estatal, é possível observar os diferentes territórios que são formados com conflitualidade, contradições e relações de poder, que podem ser expressas, em nossa pesquisa, pelas condições de subordinação dos agricultores produtores de fumo. Essa subordinação dá-se porque, por exemplo, a Souza Cruz é uma das empresas que controla o agronegócio do fumo; e, conforme Davids e Goldberg *apud* Fernandes (2008), agronegócio é um complexo de sistemas que abarca agricultura, indústria, mercado e finanças. Como ela não consegue construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola, o agricultor familiar tem certa autonomia, mesmo que, às vezes, seja uma autonomia formal, para a realização das suas atividades, pois a mão-de-obra é familiar e ele é o proprietário dos meios de produção.

Fernandes (2008) define o sistema de integração como terceirização da produção, afirmando que, no agronegócio, o agricultor não é parte integrante do mesmo; por não ter poder para impor outro modelo na correlação de forças, ele é subalterno ao modelo imposto. Ainda segundo Fernandes:

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar [...] a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais-valia, o capital supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo [...] (2008 p.166-167).

Desse modo, segundo Fernandes (2008), o agronegócio e a agricultura familiar constituem territórios distintos. No entanto, eles estão sobrepostos e se relacionam, um está presente no outro, pois os territórios da indústria fumageira e leiteira, na agricultura familiar, acontecem ao mesmo tempo. Agricultura caracteriza-se pela utilização de mão-de-obra dos membros da família, pela produção de alguns produtos para o consumo mantendo traços da sua cultura como os trabalhos de ajuda mútua e a socialização de alguns implementos agrícolas. O capital aproveita-se dessas relações, que são denominadas relações não especificamente capitalistas, para a reprodução do seu território e conseqüentemente do seu capital, pois um dos fatores que caracteriza o modo capitalista de produção (MCP) como contraditório é a necessidade de utilizar as relações não capitalistas ou não especificamente capitalistas para a sua reprodução.

Em alguns territórios pode haver a predominância do agronegócio e, em outros, da agricultura familiar; ou, como é o caso da Linha Itaíba, esses territórios estão sobrepostos e confundem-se. As inovações incorporadas pelas empresas leiteira e fumageira e as características mais tradicionais, próprias dos agricultores estão presentes no mesmo tempo e espaço. As variações, em diferentes períodos e lugares, ocorrem em função das especificidades de cada relação espaço-tempo. Em alguns recortes territoriais, o rural tem como marca, em características mais gerais, a ligação íntima da propriedade privada da terra com as forças e relações produtivas específicas e, ainda, são utilizados instrumentos rudimentares de trabalho, a força do trabalho familiar, o trabalho artesanal, a divisão incipiente do trabalho, a dispersão populacional e a proximidade dos indivíduos com a sua natureza exterior assim como os trabalhos de ajuda mútua, a cooperação, que são características presentes no campo (SAQUET, 2006).

Ao mesmo tempo, em outros recortes territoriais,

[...] há forças produtivas que expressam inovações técnicas e tecnológicas, mecânicas e informacionais, trabalho assalariado, indústria ditas modernas. Há diferentes conjugações entre as mudanças e as permanências, espacialidades e temporalidades, para diferentes relações espaço-tempo [...] (SAQUET, 2006, p. 159).

A sobreposição de territórios faz com que ocorra a conjugação e uma unidade entre o desigual e o diferente, ou seja, ritmos lentos e mais rápidos. “Os tempos históricos e coexistentes estão em unidade, no

mesmo movimento. Eu vivo, neste instante, tanto a processualidade histórica como a relacional.” (SAQUET, 2007, 131). Nos espaços de agricultura familiar, também ocorrem territorialidades e ritmos, lentos como o do trabalho braçal, e mais rápidos, como as atividades mecanizadas e intensamente inseridas no mercado.

Independentemente do tamanho, os territórios devem ser estudados com o intuito de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e das suas articulações externas, compreendendo o processo relacional, histórico e (i)material de sua constituição.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no e com o lugar e com outros* lugares e pessoas; identidades. [...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro, são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território. [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares. (SAQUET, 2007, p.158).

As pessoas agem, produzem e fazem parte do território de forma objetiva e subjetiva, pois a participação de cada um no território realiza-se de forma direta e indireta.

Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas. A própria dinâmica do capital, eminentemente desterritorializadora, cria as condições para a reterritorialização [...] (SAQUET, 2007, p.169).

Alguns territórios são mais representativos no cotidiano das pessoas. O território da produção fumageira e leiteira está mais presente nas relações diárias dos agricultores da Linha Itaíba, pois são estas atividades que proporcionam a maior parte da sua renda. O tempo para a realização das atividades, pelos membros da família, tanto das produções como para o lazer, viagens etc, é organizado conforme a demanda de mão-de-obra nas duas atividades; os agricultores recebem visitas periódicas dos representantes das empresas para instrução técnica, entrega de insumos, materiais publicitários etc. Isso faz com que os agricultores fiquem mais atentos aos fatores referentes à produção do fumo e do leite como, por exemplo, à previsão do mercado, do clima e às inovações tecnológicas. Os agricultores relacionam-se mais com as atividades do leite e do fumo, os seus pensamentos são mais voltados para essas produções, pois eles são dependentes economicamente da renda delas obtida, por isso esses territórios são mais significativos e perceptíveis na localidade.

Os aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as duas produções são principalmente as possíveis variações nos valores futuros dos produtos, os resultados econômicos da última safra, a quantidade de mão-de-obra familiar disponível e a disponibilidade de financiamentos. Esses fatores determinarão em qual produção cada agricultor vai-se dedicar/relacionar mais. É importante lembrar que o contrabalanço desses fatores é realizado quase que intuitivamente pelos agricultores, pois eles não têm garantia nenhuma dos preços futuros dos produtos, pois, nas orientações dos representantes das empresas, prevalecem os interesses das mesmas.

Esses dois territórios evidenciados destacam-se entre os mais representativos no reassentamento, porém existem outros como o dos migrantes gaúchos - já que uma parte das pessoas da Linha Itaíba veio do Rio Grande do Sul - esse território é representado por alguns costumes e tradições sul-riograndenses como, por exemplo, o consumo do chimarrão e do churrasco. Os fumicultores fazem parte do território das empresas que fabricam cigarros e importam do Brasil a matéria-prima; mesmo não estando presentes materialmente e a maioria dos agricultores não tendo conhecimento de quais sejam, exercem forte influência sobre os agricultores, pois são elas que determinam quais as características do fumo para o mercado. Dessa forma, os fumicultores produzem o fumo conforme a padronização das fábricas, e no momento da classificação, se não estiver nos padrões indicados, ocorre uma queda significativa nos valores pagos pelo fumo.

Os territórios são superpostos, heterogêneos e descontínuos, mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital da dominação social, política, na qual a dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis (SAQUET, 2007, p. 154).

Esse processo envolve e é envolvido por relações de poder que precisam ser explicitadas. As empresas estudadas estabelecem relações de poder e controle dos produtores agrícolas por meio dos contratos firmados e do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. As empresas passam a controlar o trabalho parcialmente, através do sistema de integração. O trabalho passa a ser ajustado e organizado, passando a ser uma atividade repetitiva, monótona que não necessita de consciência crítica para a sua realização, causando estranhamento, alienação e exploração em favor das empresas que monopolizam o território.

3. Os sentidos do trabalho e a capacidade de adaptações do agricultor familiar

Na medida em que as relações mercantilistas expandem-se na produção familiar, esta passa a ser subordinada, ao capital e a ter uma autonomia formal do trabalho. Apesar do trabalhador ter a liberdade de determinar o seu tempo de trabalho, os ciclos agrícolas é que vão permitir as manifestações de sociabilidade, do lazer, afetando, assim, as suas relações sociais, seus hábitos e costumes, enfim, sua vida cotidiana. O agricultor não fica totalmente alienado do trabalho porque este é para ele uma forma de reproduzir a vida familiar, marcado que é pela essência da necessidade do trabalho. A consciência do trabalho tem ligação com a disseminação ética do trabalho, em que trabalhar é bom costume, é algo exemplar, sóbrio. O agricultor familiar também compreende o trabalho de outra forma: ele trabalha por prazer, tem gosto em realizá-lo (SANTOS, 1978).

Apesar de ser inegável a expansão do capitalismo na agricultura, segundo Paulino (2008), ainda existem diferenças essenciais entre o trabalho dos proletários e dos agricultores familiares. Em sua reflexão, a autora utiliza alguns argumentos de Martins e, segundo ele, o fruto do trabalho do proletário, desde a sua origem, pertence ao capitalista e o trabalho só se realiza por interesse do mesmo; já o trabalho do agricultor familiar é independente, o que ele vende não é o seu trabalho, mas o resultado do seu trabalho, que é o produto, que surge como sua propriedade e não do capitalista. Outra diferença é que o trabalho do operário é um trabalho individual; o contrato firmado entre o operário e o capitalista também é individual, diferentemente do trabalho do agricultor familiar, em que a mão-de-obra é essencialmente familiar. Na produção de leite, não existe uma relação contratual entre a Latco e o produtor. Mesmo que no sistema de integração da produção fumageira seja firmado um contrato entre a empresa e o agricultor, este contrato envolve todos os membros da família maiores de 18 anos e, de modo informal, - mesmo havendo no contrato uma cláusula que o proíba - o trabalho das crianças e dos adolescentes assim como o trabalho dos idosos, principalmente em algumas etapas da produção do fumo quando o trabalho é exaustivo mas não pesado. Outra distinção é que:

[...] a reprodução social do operário é estritamente dependente do mercado, pois o que a viabiliza é o trabalho excedente. Em outras palavras, o operário necessita vender sua força de trabalho e comprar todos os víveres e demais meios indispensáveis à sua sobrevivência [...] Já o camponês se diferencia por ser portador de produto excedente, que via de regra é composto por alimentos que são oriundos do trabalho na terra que controla e com os instrumentos de trabalho que possui. Por isso, não há um dependência vital para com o mercado, ainda que regularmente haja uma relação intensa com este. Enfim, em situações limite, ele poderá sobreviver sem essa mediação, coisa que não é possível ao operário. (PAULINO, 2008, p. 216-217).

O fumicultor é totalmente dependente do mercado: ele produz para comercialização junto à empresa à qual está integrado ou para outros compradores. Porém, se ele optar por parar de produzir o fumo, poderá sobreviver através dos outros recursos que ele possui na propriedade. Essa dependência ocorre também pelo fato de o fumo não fazer parte dos itens de necessidades básicas, ou seja, não é um produto de subsistência.

A partir do leite, o agricultor pode produzir vários derivados como o queijo, por exemplo, que é fabricado de forma artesanal, para o consumo ou para a venda na própria localidade ou na cidade. A produção dos derivados do leite aumenta quando ocorre uma queda significativa no valor do litro do leite, mas o produto pode ser comercializado *in natura*. É uma forma de complementar a renda da família. Vale lembrar que, na

maioria dos municípios, como em Marmeleiro, a comercialização direta dos produtos artesanais com os consumidores, sem o cumprimento das normas dos órgãos responsáveis pela fiscalização, é proibida; esta proibição pode ser por interesse das empresas, ou seja, para formação de monopólio. Apesar da proibição, os agricultores conseguem comercializar seus produtos no chamado mercado informal, sendo mais uma vez explorados, pois para conseguirem comercializar seus produtos, precisam vendê-los a um valor abaixo dos produtos fiscalizados e certificados. Isso demonstra a capacidade de flexibilidade do agricultor familiar nas situações desfavoráveis, capacidade esta responsável pela sua resistência. Ele se ajusta com certa facilidade às novas situações sociais.

“[...] O camponês se situa no mundo através do *seu produto*. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato o seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital.” (MARTINS *apud* PAULINO, 2008, p. 217). Já o trabalho do assalariado, “[...] não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes.” (MARTINS *apud* PAULINO, 2008, P. 217).

Conforme a mesma autora, existem componentes que integram o quadro funcional da agricultura empresarial como, por exemplo, os agricultores pluriativos, que, mesmo morando no campo, trabalham em cerealistas, cooperativas ou diretamente nas fazendas dos grandes produtores, em tempo integral ou como empregados temporários. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares recorrem à contratação de força de trabalho complementar, se necessário; no caso na produção de fumo, geralmente se contrata empregados temporários no período do plantio, quando é necessário aproveitar ao máximo a umidade, e no período da colheita, pois esta precisa ser realizada rapidamente após o amadurecimento do tabaco. Em alguns casos são contratados agricultores da própria localidade para realizar esses trabalhos que para eles é uma forma de complementar a renda. Porém, trata-se de uma escala inversamente proporcional, já que os trabalhadores do agronegócio são em grande parte contratados, e os da agricultura familiar são geralmente membros da família (Paulino, 2008).

Essa diferenciação entre o trabalho do pequeno produtor agrícola com mão-de-obra essencialmente familiar e do proletário é com o intuito de classificar o agricultor familiar, ou camponês, como uma classe ou grupo social singular integrado aos circuitos mercantis, industriais e financeiros do Modo Capitalista de Produção (MCP). Trata-se de uma produção não especificamente capitalista (Saquet, 2002/1996).

É a conflitualidade das relações proporcionadas pela sobreposição dos territórios que faz com que não possamos negligenciar a expansão do capitalismo na agricultura, que vai gradativamente controlando o trabalho dos agricultores. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as particularidades que são próprias dos agricultores familiares como a sua cultura, as suas relações de trabalho e as formas de aplicação e divisão da renda média, na unidade familiar; tais formas não obedecem aos padrões capitalistas, em que cada trabalhador tem um salário fixo, ou depende da sua produtividade. Além disso, eles ainda realizam os trabalhos de ajuda mútua, a socialização de alguns implementos agrícolas e a produção de alguns produtos básicos para a alimentação. Esta última pode ser considerada a mais importante, pois é ela que permite a sobrevivência dos agricultores diante do seu papel de pequeno produtor agrícola mercantil. Apesar do avanço substancial da produção mercantil a partir dos anos 1970-80, a produção de alimentos para a própria família permanece substantiva em varias regiões do Brasil.

A produção dos alimentos para o consumo na propriedade faz com que os agricultores não fiquem dependentes somente da renda proveniente da produção do fumo e do leite. No caso do fumo, a empresa até incentiva essa produção, justamente para que o agricultor não fique dependente somente da renda obtida com o tabaco e, assim, consiga sobreviver produzindo o fumo. Em relação à produção do leite, uma parte dos agricultores fabrica, de forma artesanal, alguns produtos derivados do leite para o consumo, comercialização do excedente, conforme apontamos, e para servir como produto de troca com os agricultores que produzem - também para o consumo e venda do excedente - outros produtos como derivados da cana-de-açúcar, ovos, verduras, frutas etc. Aqui percebemos um dos aspectos da conflitualidade - citada anteriormente - entre o avanço das atividades mercantilistas no campo e as relações inerentes aos agricultores, pois, muitos dos produtores de leite não produzem os derivados para vender uma quantidade maior de litros, ou, então, porque as atividades na produção do leite ou do fumo demandam muita mão-de-obra e não há tempo hábil para a fabricação desses produtos.

Todo esse conjunto de elementos está presente na vida dos agricultores familiares, entretanto, conforme Paulino (2008), ao analisarmos os indicadores de renda é nítida a sua vulnerabilidade. É devido a esse

conjunto de elementos que existe uma *flexibilidade* singular na economia familiar, que lhe permite “adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.” (p.219). Por isso devemos reconhecer que “[...] as estratégias empreendidas pelos próprios camponeses, no sentido de aproveitar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, certamente são decisivas” (p.235).

A partir do momento em que os agricultores familiares passaram a ser produtores mercantis, ficam dependentes dos empresários para obtenção dos insumos químicos e das novas tecnologias da produção fumageira; e na produção leiteira dos suplementos para alimentação dos animais além da necessidade de possuir animais com qualidade certificada, que produzam grande quantidade de leite. Os técnicos das instituições indicam duas raças consideradas como as melhores: Jersey e Holandesa. Além desses animais terem um valor elevado, é preciso um acompanhamento veterinário com medicamentos e suplementos alimentares industrializados, o que retira mais uma parte da renda dos agricultores, fazendo com estes não consigam mais constituir os seus plantéis bovinos com as raças tradicionalmente criadas por eles e já adaptadas às características de cada lugar. Isso é realizado com o propósito de aumentar a produtividade, e realmente ela aumenta se comparada com os animais conhecidos popularmente entre os agricultores como “comuns”, porém o aumento da produtividade não representa aumento significativo na renda, pois parte dos ganhos, proporcionados pelo aumento da produção, é utilizado, na compra dos bovinos de raça e com os produtos para o cuidado dos mesmos.

Além da dependência na circulação dos produtos industriais para a agricultura, o agricultor torna-se dependente da indústria para a comercialização da sua produção, ou seja, na circulação da matéria-prima da agricultura para a indústria. A dependência, ou a criação de necessidades antes inexistentes não se restringe somente à produção. Com a expansão do capital no campo, os agricultores passaram a ter outras necessidades de consumo como, por exemplo, outros meios de transporte, vestuário, alimentação, moradia, eletrodomésticos e lazer: há diversificação de necessidades, novas demandas, desejos, relações.

4. Formas de territorialização da empresa fumageira Souza Cruz, do laticínio Latco e as modificações ocorridas na agricultura familiar

Esses dois movimentos de circulação que apontamos anteriormente, circulação de produtos químicos do setor industrial para o agrícola e o movimento de circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial, são responsáveis pela constituição de redes que permitem a fluidez dessas mercadorias.

Os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presente, (RAFFESTIN, 1993, p.151).

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes.

Nesse sentido, o complexo território da empresa Souza Cruz e da Latco foram organizados, territorializados intencionalmente.

A Souza Cruz faz parte do conglomerado da BAT (*British American Tobacco*) e o seu controle pela BAT proporciona-lhe recursos financeiros e uma forte integração no mercado internacional do fumo, além de outros setores de atuação do grupo (CORRÊA, 1992). A BAT tem sua sede em Londres na Inglaterra, atua em todos os continentes, e na América Latina seu território de ação direta é formado pelo Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Chile e México. No Brasil, a sua principal representante é a Souza Cruz; Matriz, Centro de pesquisa, desenvolvimento, departamento gráfico e *interacion center* ficam localizados no Rio de Janeiro e o centro administrativo em São Paulo.

A empresa também possui as Regionais de *Marketing* em Campinas (SP), Contagem (MG), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS); usinas de fumo: Blumenau (SC), Patos (PB), Rio Negro (PR), Santa Cruz do Sul (RS); fabricas: Cachoeirinha (RS), Uberlândia (MG); centrais integradas de distribuição: Contagem (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP); fazendas de reflorestamento: Pântano Grande (RS), Prata (MG), Rio Negrinho (PR). O fumo produzido na Linha Itaíba, é transportado para as usinas de Santa Cruz do Sul (RS) e Rio Negro (PR), dependendo da capacidade de armazenamento de cada usina no momento da produção.

Todos as centrais administrativas, de beneficiamento, desenvolvimento, usinas, fazendas, além dos milhares de veículos da empresa que circulam por todo o território nacional, mais os agricultores fumicultores integrados, representam, em conjunto, o poderio econômico e político, ou seja, uma das expressões do território da Souza Cruz.

A Latco foi fundada no município de Cruzeiro do Oeste (PR), com a finalidade de adquirir leite e produzir queijo e manteiga. Há uma filial, em Francisco Beltrão, inaugurada em 1988. Atualmente, esta unidade tem uma capacidade de produção diária de 250 mil litros e emprega 153 funcionários na produção de leite longa vida, manteiga, creme de leite e bebidas lácteas, atuando em 10 estados do Brasil.

Segundo informações do gerente da empresa, não estabelece nem um tipo de acordo com outras instituições do ramo e tem como referência de qualidade e para estabelecer o preço do litro de leite pago ao agricultor a normativa 51; a Instrução Normativa 51 estabeleceu novas regras para a produção de leite, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e entrou em vigor em 1º de julho de 2005. No município de Marmeleiro, a Latco possui uma fábrica de queijo, mas o leite recolhido no município é todo transportado para a usina de beneficiamento de Francisco Beltrão e após passar por testes de qualidade, volta para a fábrica de Marmeleiro.

“A dimensão de uma malha nunca é - ou quase nunca - aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores dos quais uns são físicos, outros humanos econômicos, políticos, sociais e/ou culturais.” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). Nesse sentido, segundo Corrêa (1992), a complexa espacialidade da Souza Cruz, foi sendo construída pouco a pouco, através de um conjunto de práticas espaciais que atuam de forma combinada, para formar o território de acordo com os interesses das empresas. Isso ocorre, por exemplo, com a seletividade espacial, em que a empresa seleciona as regiões que lhe proporcionem a maior quantidade de atributos considerados de valor por ela. O conhecimento espacial é fundamental nesse processo, pois a partir de sua avaliação define-se a potencialidade e a fragilidade a serem exploradas; *fragmentação* e *reordenamento* espacial. Na *fragmentação*, a empresa divide o espaço em razão da intensificação da atuação da corporação. No *reordenamento*, a organização aglutina as suas unidades territoriais para constituição de um mosaico caracterizado por unidades territoriais mais amplas. Os fatores que levam a empresa a fragmentar ou reordenar o seu território são a diminuição ou o aumento da oferta de produção numa determinada região, unidades funcionais que não estão numa localização favorável são eliminadas.

Sucintamente, os agentes econômicos, políticos e culturais rearranjam, remodelam o território conforme seus interesses. Por isso ele é superposto: há uma miríade de relações sincrônicas efetivadas por diferentes instituições e pessoas. A Souza Cruz organiza o seu território de uma forma racional (para ela), com o propósito de reproduzir o seu território e, conseqüentemente, acumular capital.

É por isso que no capitalismo, o principio básico do intercâmbio com a natureza, como forma de satisfazer as necessidades de consumo ganha novos contornos, já que as necessidades passam a ser dimensionadas não mais a partir do parâmetro das necessidades vitais, como alimentação, vestuário e abrigo, mas com a mediação de um motor de propulsão de necessidades, a fim de intensificar o consumo de mercadorias, condição indispensável para a acumulação. [...] Se nos demais modos de produção, os mecanismos de exploração tinham como fundamento o desfrute de maior quantidade e qualidade de alimentos, vestuário, entre outros, sem que para isso os membros dominantes da sociedade necessitam despende trabalho, no capitalismo a regra das necessidades é reiteradamente alterada, para que sejam criadas oportunidades produtivas das quais depende o funcionamento do sistema. Cria-se, assim, um ciclo em que a imposição de novas necessidades de consumo sustenta o ritmo da produção de mercadorias. (PAULINO, 2008, p.227).

Com a qualificação da fluidez e a expansão do capitalismo, conforme mencionamos anteriormente, alguns bens que eram apenas para o consumo local e possuíam valor de uso, foram transformados em valores de troca. São criados mais bens de troca, ou seja, mercadorias, devido à maior possibilidade de consumo (SANTOS, 2008). “A modernização das atividades agrícolas e industriais redefine o consumo no campo que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, criando demandas até então inexistentes e ampliando a urbanização”. (ELIAS, 2006, p.232).

São desenvolvidas nas pessoas necessidades de consumo que antes eram inexistentes. Nas áreas rurais, com a intensificação da relação com as áreas urbanas, ocorre um processo de padronização de alguns bens de consumo, como a alimentação, por exemplo, há uma diminuição na diversidade e no consumo de produtos naturais, devido à aparente praticidade de consumir os produtos industrializados.

Esse fetichismo das mercadorias impede a apreensão do território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, condiciona a entender como as relações sociais de produção, as interações sociais estabelecem-se no espaço em diferentes escalas. O território passou a ser mais que um habitat para o homem: é reorganizado constantemente pelos agentes econômicos no interior do movimento de expansão do MCP, que também o torna condição para a reprodução ampliada do capital.

Porém, o circuito do capital é fadado ao desequilíbrio, pois, para o aumento da produção de mercadorias, é necessário intensificar a exploração da mais-valia, e, conseqüentemente, intensificar a exploração da força de trabalho gerando “[...] um ciclo vicioso, em que a capacidade de consumo é diametralmente oposta ao aumento da exploração, fator responsável pelas recorrentes crises de superprodução, logo, de excedente de capitais.” (PAULINO, 2008, 227).

5. Considerações finais

O processo de expansão do capital no campo é facilmente verificado, especialmente a partir dos anos 1970, no bojo da modernização da agricultura efetivada no Brasil. Os agentes do capital, financiados pelo Estado, expandem-se e reproduzem-se constante e simultaneamente. Há um movimento de apropriação e dominação do espaço rural e dos sujeitos que nele habitam e trabalham. Este movimento é substantivado por uma quantidade muito grande de relações sociais, ora tipicamente ora não especificamente capitalistas, porém, sempre inerentes à expansão do MCP. Relações que são, muitas vezes, mediadas pela atuação dos complexos agroindustriais (CAIs) ou empresas do agronegócio, subordinando e se apropriando de parcela do sobretabalho do agricultor, como ocorre nos casos estudados em Marmeleiro (PR), através da atuação sistemática da empresa Souza Cruz e da Latco, embora com alguns elementos que as diferenciam. Suas forças, estratégias e ações coexistem e são muito fortes, condicionando os agricultores familiares às suas normas e preços. Assim, essas empresas concretizam seus territórios concomitantemente, gerando territorialidades e territórios sobrepostos centrados em conflitualidades: há interesses e ações antagônicos, entre os agricultores e as empresas, sob o controle e dominação destas últimas.

Neste contexto, resta aos agricultores familiares estudados duas opções: a) assumir a integração às empresas como uma forma de reprodução do núcleo familiar; b) resistir a esse modelo e buscar-construir alternativas, pois, para o capital interessa somente a homogeneização; para os agricultores familiares o que interessa é a diversificação estratégica, baseada na valorização das práticas endógenas e nas redes de ajuda mútua, fundamentais para a insubordinação ao *esbulho* do mercado. Para tanto, é fundamental o estabelecimento de políticas públicas que reconheçam as necessidades e as particularidades de cada território e de cada família.

A disputa de território que apresentamos entre Latco e a Souza Cruz, uma transnacional que exerce relações de poder em seu expressivo e complexo território, pode resultar numa forma de resistência do agricultor familiar, a partir de sua conscientização sobre as estratégias e ações instaladas por estas empresas que significam subordinação e exploração e a partir da sua própria condição de vida cotidiana, muitas vezes limitada justamente por este processo de controle e dominação social e territorial. Porém, é importante que os agricultores estejam bem informados e organizados politicamente, a ponto de conseguirem se mobilizar e construir, juntos, processos de desenvolvimento que possam garantir mais autonomia e ganhos para as famílias. A autonomia é fundamental, para que possam definir os rumos da produção agropecuária, bem como outros aspectos da sua vida cotidiana, como a forma de organização política, as relações de comercialização e as atividades culturais que realizam na

localidade, juntamente com estratégias para recuperar o ambiente degradado e proteger as áreas de mata nativa ainda existentes nos estabelecimentos.

6.Referências:

BRAGA, L.C. **O processo da subordinação do produtor de fumo a indústria fumageira na Linha Itaiba, Marmeleiro-PR.** Francisco Beltrão, 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CORRÊA, R. L. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 54 (3): 115-151, jul./set.1992.

ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. 1º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

Normativa 51. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticias>> Acesso em 25/mar.2009.

O Histórico do Fumo. Disponível em:<[http:// www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br)> Acesso em: 28/ mar. 2008.

PAULINO, E.T. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

PRIEB, R. I. .P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Àtica, 1993.

SANTOS, J.V.T. **Colonos do vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp; 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p. 130-157.

SAQUET, M.A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D; SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S; (Org). **Territórios e desenvolvimentos:** Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2004. p.121-148.

SAQUET, M. A. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: 2002.

SISCLAF. Fortalecer e variar ainda mais a atividade leiteira da agricultura familiar. Jan/fev, 2007.